



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940601379	Distribuição: 04/09/2019
Número Único: 0045995-02.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: MECHELE PEDRO DA SILVA
Endereço: RUA B
Complemento: LOTEAMENTO MADRE TEREZA DE CALCUTAR
Bairro: SANTOS DUMONT
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49087403
Advogado: JOSIVAN ANTUNES NECO 12331/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

04/09/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601379, referente ao protocolo nº 20190904094901148, do dia 04/09/2019, às 09h49min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE
ARACAJU - SERGIPE**

MICHELE PEDRO DA SILVA, brasileira, auxiliar de crediário, solteira, portador do RG 3.308.602-8 SSP/SE, inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 034.140.535-35, não possui endereço eletrônico, residente e domiciliado à Rua B, nº 32, Loteamento Madre Tereza de Calcutar, Bairro Santos Dumont, Aracaju/SE, CEP: 49087-403, por meio de seu procurador que esta subscreve (procuração em anexo), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 186 e 927 caput ambos do código civil e art. 461 e parágrafos do CPC propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir expostos.

I. DA JUSTIÇA GRATUITA



Requer a parte Autora o benefício da gratuidade de justiça, nos termos da Legislação Pátria, inclusive para efeito de possível recurso, tendo em vista ser a Autora impossibilitado de arcar com as despesas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme afirmação de hipossuficiência na procuração em anexo. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

II. DA NÃO CONCILIAÇÃO

A Requerente demonstra **DESINTERESSE NA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO – EVENTUAL PROPOSTA DE ACORDO PODE SER FEITA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO/EXTRAJUDICIAL.**

III. DOS FATOS

No dia 28 de junho de 2019, a Autora transitava com seu irmão em um veículo motocicleta marca/ modelo HONDA POP, de cor preta, com placa policial QMC-0944, na cidade de Capela/SE, ao passar em uma rua que estava bastante movimentada por causa do festejo junino da cidade, se deparou com uma corrente grossa que fora colocada na rua por foliões, chegando a colidir com a corrente.

Com a colisão na corrente, a Autora caiu bruscamente no chão, resultando em corte profundo no pé, apresentando uma lesão exposta com exposição do tendão conforme documentos em anexo.

Após o ocorrido a Autora foi socorrido por familiares e levado ao Hospital São Pedro de Alcântara na cidade de Capela/SE, onde foi realizado o atendimento médico.

Excelência, em decorrência das lesões sofridas, a Requerente até a presente data não consegue fazer as atividades mais simples do dia-a-dia, ou seja, não pode fazer qualquer movimento no membro afetado, como,



caminhar, fazer exercícios etc. tudo isto se tornou tarefas difíceis a serem desempenhadas.

A Autora labora como auxiliar de crediário de supermercado, trabalha caminhando o dia inteiro para repor as mercadorias, é pessoa humilde, de escolaridade baixa, e essa renda é o único sustento para si e sua família, devido as lesões ocasionadas no acidente prejudicaram demais a requerente.

Assim, necessitando de recursos financeiros para custear seu tratamento médico e as lesões sofridas em decorrência do acidente, bem como para garantir sua subsistência e de sua família, a Requete pleiteia o benefício do seguro DPVAT compatível com o grau da lesão corporal por ela sofrida.

IV. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidente de trânsito, que se dar mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente, é o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74.

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Excelência, seguindo este raciocínio, não há o que se discutir sobre o direito à indenização, haja vista que toda documentação exigida por Lei para a propositura da presente demanda foi anexada, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar entre outros. Neste sentido, a jurisprudência segue a mesma trilha dispensando apresentação de qualquer outro documento além dos já citados.



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito. (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012).

Assim sendo. Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, a indenização é de até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.



Observe-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em discussão (artigo 3º da Lei 6.194/74), determina o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar de acordo com a lesão sofrida, mas sempre obedecendo os percentuais previstos, vejamos:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).



No mesmo sentido, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a indenização a ser paga em caso de invalidez parcial, será proporcional ao grau de lesão, e para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se.

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.

Sendo assim, a Autora tem o direito de receber a indenização proporcional ao grau da lesão devidamente comprovada por perícia médica.

V. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer a Vossa Excelência os seguintes pedidos

- a) A concessão do pedido da gratuidade de justiça, uma vez que a Autora não possui condições de custear as custas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família;
- b) Requer a dispensa da designação de audiência de conciliação;
- c) A citação da Requerida, para querendo, apresentar resposta no prazo legal, sob pena dos fatos alegados serem considerados como verdadeiros;
- d) A designação de perito, a fim de que por laudo pericial, possa verificar o grau da lesão sofrida pelo Requerente, e como consequência, a determinação do quantum indenizatório; **segue em anexo os quesitos para realização da perícia.**
- e) Que ao final a ação seja julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, condenando a Requerida ao pagamento da indenização pertinente, a partir da análise do laudo pericial;



f) A condenção da Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da condenção.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de 5.000,00 (cinco mil reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos

Pede deferimento

Aracaju/SE, 04 de setembro de 2019

JOSIVAN ANTUNES NECO

OAB/SE 12331

ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:



1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?



Antunes Neco
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MICHELE PEDRO DA SILVA, brasileira, solteira, auxiliar de crediário, inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 03414053535, RG nº 3308602-8 SSP/SE, residente e domiciliada na Rua Orelina Barreto de Melo, 214, Vila Conceição, Capela/SE, Cep 49700-000.

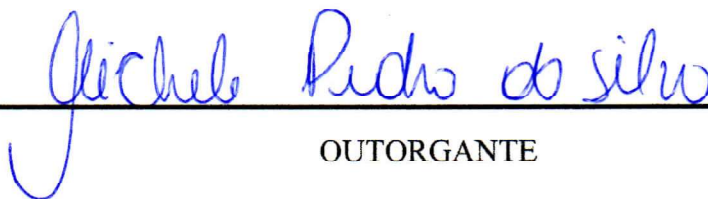
Pelo presente instrumento de **PROCURAÇÃO**, a **OUTORGANTE** acima mencionada, outorga e constitui como seus procuradores e advogados **FRANCISCA JOSINEIDE ANTUNES NECO**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SE sob o nº 10599 e **JOSIVAN ANTUNES NECO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SE 12331, com endereço para intimações na Avenida São Paulo, 915, sala 04, Siqueira Campos, Aracaju/SE, CEP 49075-530, conferindo-lhes poderes "**AD JUDICIA ET EXTRA**" para foro em geral, podendo este procurador propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo, umas as outras, até a decisão final, habilitando-o praticar todos os atos do processo.

DOS PODERES ESPECIAIS – A **OUTORGANTE** confere aos **OUTORGADOS** os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber dar quitação, levantar alvarás, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, com fulcro no artigo 105, do CPC, além de poderem substabelecer a outrem, com ou sem reserva de poderes, acompanhar qualquer processo, inclusive praticando atos que se fizerem necessários ao integral cumprimento do presente mandato, ao que tudo dará por bom, firme e valioso.

DECLARO também para todos os fins e sob as penas da lei que sou pobre no sentido legal, não possuindo recursos para arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de minha família, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13105/2015.

Em linhas finais, ressalte-se que a presente procuração será considerada válida imediatamente após sua subscrição.

Aracaju/SE, 06 de agosto de 2019.



OUTORGANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENÉZES"

POLEGAR DIREITO

Michele Baimo da Silva

CARTERA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.308.602-8

DATA DE EXPEDIÇÃO 26/05/2004

NOME MICHELE BAIMO DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE PEDRO DA SILVA

MARIA SELVA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE ALUMINHA-SE

DIGIT. DIST. COM CAPELA

DATA DE NASCIMENTO 05/03/1989

DOC ORGEM CT. NESTIM. IR 16270 LV 21 FL 326

PIS / PASEP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

034.140.535-35

Nome

MICHELE PEDRO DA SILVA

Nascimento

05/03/1989





Número do Documento **54413**
Vencimento **30/09/2019**
Agência/Código **45055 / 0351555**
Nosso Número **0000000544132**
Espécie **R\$**
(=) Valor do Documento **49,99**
(-) Desconto/Abatimento
(+) Mora/Multa
(=) Valor Cobrado
CPF/CNPJ **050.639.9****9**
Beneficiário **SPACE NET CNPJ: 24.546.809/0001-81**

033-7

03399.03510 55500.000009 54413.201010 1 80280000004999

Local de Pagamento **PAGAR PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO SANTANDER**
Beneficiário **SPACE NET CNPJ: 24.546.809/0001-81**
Data Doc. **14/08/2019** Número Doc. **54413** Espécie Doc. **DS** Aceite **N** Data Processamento **14/08/2019**
Uso do Banco **101** Espécie **R\$** Quantidade **1** Valor **49,99**
Instruções de responsabilidade do Beneficiário. Qualquer dúvida sobre este boleto, contate o beneficiário.
Sr. Caixa, cobrar multa de 2% após vencimento.
Sr. Caixa, cobrar juros de 0.033% ao dia após vencimento.
referente ao mês **AGO/2019**
Pagador **PATRICIA PEDRO DA SILVA - CPF: 050.639.9****9**
RUA B 32 LOTEAMENTO MADRE TEREZA DE CALCUTA - SANTOS DUMONT
ARACAJU - SE - 49087-403
Pagador/Avalista



Autenticação Mecânica
Ficha de Compensação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1538635762

Nome: PATRICIA PEDRO DA SILVA

Doc. Identidade (Org. Emissor): 33086117 SSP SE

CPF: 050.639.925-79 DATA NASCIMENTO: 11/01/1992

FILIAÇÃO: JOSE PEDRO DA SILVA
MARIA SELMA DE OLIVEIRA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: AB

IP REGISTRO: 05686242191 VALIDEZ: 13/08/2022 1ª HABILITAÇÃO: 11/01/2013

OBSERVAÇÃO: SEM OBSERVAÇÃO

Assinatura do Portador: Patricia Pedro da Silva

LOCAL: ARACAJU, SE DATA DE EMISSÃO: 29/08/2017

Assinatura do Emissor: Luiz de Azevedo Costa Neto
DIRETOR - PRESIDENTE

57581246761
SE019736401

PROIBIDO PLASTIFICAR
1538635762

SERGIPE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE CAPELA - CAPELA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 071474/2019-A02

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 29/08/2019 10:33 Data/Hora Fim: 29/08/2019 10:45
Delegado de Polícia: Wanderson Bastos Silva Andrade

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Capela
Data/Hora do Fato: 28/06/2019 13:10

Local do Fato

Município: Capela (SE)
Logradouro: RUA DA BAIXINHA
Complemento: PROXIMO A ACADEMIA DE IGOR

Bairro: Centro

Tipo do Local: Residência

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
20005: Acidente Com Lesões	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: FERNANDO PEDRO DA SILVA (COMUNICANTE, VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Aracaju Sexo: Masculino Nasc: 21/07/1994
Profissão: Encarregado
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Maria Selma de Oliveira

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 052.262.485-55
RG - Carteira de Identidade: 24575259

Endereço

Município: Capela - SE Nº: 214
Logradouro: RUA ORELINA BARRETO DE MELO
Complemento: VILA CONCEIÇÃO
Bairro: VILA CONCEIÇÃO
Telefone: (79) 99848-8688 (Celular)

Nome Civil: MICHELE PEDRO DA SILVA (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Feminino Nasc: 26/05/2004
Estado Civil: Solteiro(a)

Endereço

Município: Capela - SE Nº: 214
Logradouro: RUA ORELINA BERRETO DE MELO
Complemento: VILA CONCEIÇÃO

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira



Delegado de Polícia Civil: Wanderson Bastos Silva Andrade
Impresso por: Wanderson Dos Reis Santos
Data de Impressão: 29/08/2019 10:45
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE CAPELA - CAPELA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 071474/2019-A02

Endereço

Município: Capela - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo
Placa QMC 0944
Cor PRETA
Quantidade 1 Unidade

Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Renavam 01144868308
Veículo Adulterado? Não
Situação Envolvido, Meio Empregado

Nome Envolvido

Fernando Pedro da Silva

Envolvimentos

Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE ESTAVA TRANSITANDO COM SUA MOTOCICLETA NA LOCALIDADE CONHECIDA COMO "BAIXINHA", EM CAPELA; QUE APÓS PASSAR POR UM OBSTÁCULO (CORRENTE NA VIA PÚBLICA), PERCEBEU QUE A GARUPA, SUA IRMÃ, HAVIA CAÍDO DA MOTOCICLETA; QUE ELA SOFREU ALGUMAS ESCORIAÇÕES, TENDO UMA PEQUENA LUXAÇÃO NO BRAÇO ESQUERDO, BEM COMO NO PÉ ESQUERDO UM CORTE PROFUNDO; QUE HOUE O CHAMADO DO SERVIÇO SAMU, PORÉM, DEVIDO A GRAVIDADE DA LESÃO, POPULARES LEVARAM-NÁ PARA O HOSPITAL REGIONAL DE CAPELA/SE, LÁ SENDO ATENDIDA PRONTAMENTE.

ASSINATURAS

Wanderson Dos Reis Santos

Agente de Polícia
Matrícula 2519

Responsável pelo Atendimento

Fernando Pedro da Silva

(Vítima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

CS 9 DETRAN - SE 000008704333 Nº 015214153361
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
5 VIA CÓD. RENAVAM R.N.T.R.C. EXERCÍCIO
4 1 01144868308 2019

2 NOME
0 FERNANDO PEDRO DA SILVA
3 *****
8 *****
1 *****

0 CPF / CNPJ PLACA
8 052.262.485-55 QMC0944

7 PLACA ANT. / UF CHASSI
QMC0944/SE 9C2JB0100JR022669

ESPÉCIE TIPO COMBUSTÍVEL
PAS/MOTOCICLETA/ GASOLINA

MARCA / MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA/POP 110I 2018 2018

CAP / POT / CIL CATEGORIA COR PREDOMINANTE
2P0CV/109CC PARTIC PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. / COTAS
I PAGO ***** 1ª *****
V FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 2ª *****
A ***** 3ª *****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
AL. FIDUC. ADM. DE CONS. NAC. HONDA LT

OBSERVAÇÕES
DOCUMENTO DE PORTA OBRIGATORIO
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA
MOTOR: JB01E0J022669

LOCAL DATA
CAPELA-SE 10/04/2019

EXPEDIDOR
AGNEA MELO SILVA
DIRETOR PRESIDENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

SE Nº 015214153361 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

PBT 24

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2019 10/04/2019

VIA CPF / CNPJ PLACA
** 052.262.485-55 QMC0944

RENAVAM MARCA / MODELO
1144868308 HONDA/POP 110I

ANO FAB. CAT. TARIF. Nº CHASSI
2018 9 9C2JB0100JR022669

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
36,04 4,00 40,05

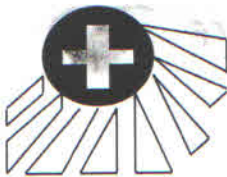
CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)
4,15 0,32 84,58

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 21/03/2019

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04





ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE DE CAPELA

HOSPITAL "SÃO PEDRO DE ALCANTARA"

FUNDADO EM 18.10.1897

Praça Adroaldo Campos, 68 - Centro - CEP: 49.700-000 - Capela - SE
Tel: (79) 3263-1237 / Fax: (79) 3263-1434 - e-mail: associadecapela@ig.com.br

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - SAE

ADULTO (☒)

CRIANÇA (☐)

OBS : Marcar "X"

SINAIS VITAIS E OUTROS DADOS

Data	Hora	PA (mmHg)	FR (ipm)	Pulso (bpm)	T (°C)	SPO2 (%)	Glicemia (mg / dl)	Peso (kg)	Cor da Pele	Dor (1-5)	Ativi dade	Diurese (+) (-) ou (ml)	Elimin. Fecal (+) (-)
28.06.19	13:30												
	16:00	123x64			37								

Data	Hora	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
28.06.19	13:30	Deu entrada em sala de procedimento, trazida por familiares apresentando lesão exposta em pé (E) com exposição de tendão, hemorragia local e tudo exposto. Refere trauma local há menos de 1 hora. Nega alergia medicamentosa.
	14:00	puncionado DUP em MSE com gelo 20 e instalado 500 ml de SF + 2g efedrina EV, conforme prescrição médica
	14:05	Realizando assepsia el 85-019-1 + clorexidina 2%, de lesão em pé (E) em seguida anestesia local + sutura + curativo. Após curativos de 01 e 02 nota
	14:30	Instalado 85-019-1 500ml EV conforme orientações médica + prescrição
	15:40	Obiente queixando-se de muito alergia em pé (E), administração profilática + 85-100ml EV c.p.n

LEGENDA:

Cor: D= Descorado; P= Pálido; C= Cianótico; I= Ictérico; H= Hiperemiado; S= Salpicado.

Atividade: Ativo (++); Estimulado (+); S= Sonolento; Co= Convulsões; T= Tremor; P= Paralisado; I= Irritado; A= Agitado.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E 1º ATENDIMENTO

CARTÃO SUS Nº 703 2016 4826 2749

REGISTRO Nº 2258.06.19

DATA DA ADMISSÃO: 28.06.2019

HORA: 13:30

Nome: Michele Pedro da Silva		Idade: 30
Sexo: Masculino () Feminino (x)	Cor:	
Data de Nasc: 05/03/1989	RG: 3308608-8	SSP: SE
Filiação	Pai: José Pedro da Silva	
	Mãe: Maria Silveira da Silva	
Endereço: Rua Aveline Barreto de Melo	Telefone:	
Cidade: Capela		
Responsável pelo Paciente: Fernando Pedro da Silva	Telefone do Responsável: 998418689	
Grau de Parentesco: irmão		
Endereço do Responsável:		
Médico Responsável: DRº JOSE MOTA		
Diagnóstico:		

DATA / HORA

ANAMNESE E EVOLUÇÃO MÉDICA

Ferimento cortante - contusão
na dorso do braço E

DATA / HORA

PRESCRIÇÃO MÉDICA

HORÁRIO DAS
MEDICAÇÕES

28/6/19 : SF - 500mg / 12h
13:30 : Clonazepam 1mg SF / 12h
: Profound + 200 SF 16 0412
: Gabapentina
: Amitriptylina
: Zolpidem CR 12h
: Alprazolam
: Clonazepam
: UAT.

Dr. JOSE MOTA
CRM-SE 1744 CRM-PE 1234
CPF 071.501.113-53

EXAMES SOLICITADOS:

RX ()

ULTRASSONOGRAFIA ()

LABORATÓRIO ()

D E S T I N O

INTERNAÇÃO: ()

OBSERVAÇÃO: ()

TRANSFERÊNCIA: ()

ALTA:

HORA:

ÓBITO:

HORA:

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE DE CAPELA
HOSPITAL "SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA"

FUNDADO EM 18.10.1897

Praça Adroaldo Campos, 68 - Centro - CEP: 49.700-000 - Capela-SE

GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

NOME DO PACIENTE:

Michelle Pedro da Silva

SEXO: ☒ FEM. () MASC. IDADE:

ESTADO CIVIL:

RESPONSÁVEL:

DESTINO DO PACIENTE:

DESCRIÇÃO DO QUADRO CLÍNICO:

Viúva vítima de acidente de carro com fratura costal contuso do osso da coxa com fratura de fêmur e hemorragia local.

Admissão de 01/09/2017 e alta em 02/09/2017.

INDICAÇÃO UTILIZADA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Medicamentos: Analgésicos e Antibióticos.

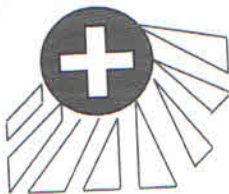
Observações: Não há lesões STT e não há lesões no fêmur.

CAPELA (SE)

29/06/19

Médico Responsável

Dr. Sérgio Almeida Santos
CRM 55555



ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE DE CAPELA
HOSPITAL "SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA"
FUNDADO EM 18.10.1897

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Sra. **MICHELE PEDRO DA SILVA**, deu entrada nesta unidade de saúde dia 28/06/2019, conforme cópia de prontuário em anexo.

Capela (SE), 19 de julho de 2019.


MANOEL MOTA CABRAL
Presidente



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

04/09/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

25/09/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrera migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a parte para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940601379 - Número Único: 0045995-02.2019.8.25.0001

Autor: MECHELE PEDRO DA SILVA

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a parte para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no **art.334, caput § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 16 de setembro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rômulo Dantas Brandão, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 25/09/2019, às 10:23:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002453399-67**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

25/09/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

 Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 25/10/2019, às 11h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 01.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

25/09/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, confeccionei carta de citação de nº 201940604911

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601379

DATA:

27/09/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201940604911 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940604911

PROCESSO: 201940601379 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0045995-02.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: MECHELE PEDRO DA SILVA
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não sendo caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição. Assim, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrera migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se aparteré para comparecer à aludida audiência, ficando ciente de que em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania/CEJUSC o disposto no art.334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Data e horário da audiência: 25/10/2019 às 11:45:00, **Local:** Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 25/10/2019, às 11h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 01.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, 5º 6º 9º 14º E 15º ANDARES, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: Rua Senador Dantas, 5º 6º 9º 14º E 15º ANDARES, 74
Bairro: Centro
CEP: 20031205
Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Bruno Correia, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **27/09/2019, às 11:00:13**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002479671-25**.